



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638421 - SP (2021/0000757-6)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PAULA ALBERNAZ RODRIGUES DA CRUZ  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WESLEY CARDOSO SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY CARDOSO SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO N. 1515446-66.2020.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 9 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e de 4 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "o paciente preenche todos os requisitos para a concessão de regime inicial aberto, pois é primário, tem bons antecedentes, e a pena que lhe foi fixada é inferior ou igual a quatro anos, tudo com a mais plena observância das disposições legais contidas nos artigos 33 e 34, do Código Penal" (fl. 6).

Alega, por fim, que a "ilegalidade do v. acórdão está evidenciada, ainda, pela fundamentação de que a gravidade da conduta e pelo roubo ter ocorrido em concurso de agentes, impondo um regime mais severo. Trata-se de fundamentação inidônea, contrariando, até mesmo, entendimento do Supremo Tribunal Federal" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja fixado o regime inicial aberto para o cumprimento da pena, pelo paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente prova da alegada flagrante ilegalidade, de forma a justificar o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente